

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO - ESTADO
DE MATO GROSSO

Tomada de Preços nº 006/2019

RECURSO ADMINISTRATIVO COMPLEMENTAR

ILUSTRÍSSIMO SENHOR - NICHOLAS DA COSTA MACHADO -
DIGNO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO

A empresa WELLOX LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 30.515.116/0001-24, Inscrição Estadual Isenta - com sede administrativa na Av. São Sebastião, nº 3285, Bairro Quilombo, Cuiabá - MT - CEP. 78.045-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. IURY ARRUDA DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, empresários, portador da Carteira de Identidade nº 28018079 SESP/MT e do CPF nº 065.303.821-60, neste ato também representada pelo seu procurador (*instrumento de procuração nos autos*) - vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO COMPLEMENTAR** em face de decisão proferida pela nobre COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, constantes da Ata da sessão de abertura da Tomada de Preços nº 06/2019 - Julgamento da Habilitação, data de 24/05/2019, o fazendo consubstanciado nas razões que seguem.

1. TEMPESTIVIDADE

O prazo final para interposição de recurso é 31/05/2019, segundo o informado pela CPL a esta Recorrente, em questionamento feito via e-mail.

Ademais, a considerar a data da sessão onde foi lavara a ata, o prazo é mesmo 31/05/2019.



2. DA NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS

A necessidade desse recurso complementar é porque a Recorrente já protocolizou o Recurso Administrativo principal em 30/05/2019. Contudo, somente nessa data teve acesso á íntegra dos autos.

No texto do recurso já protocolizado a Recorrente informou a impossibilidade de qualquer empresa cumprir o item do edital que exige CAT de atestado de capacidade operacional de pessoa jurídica, dada a vedação da legislação do CONFEA.

Deve-se frisar aqui, que como consta dos autos, esta questão foi objeto de impugnação do edital por diversas licitantes, cuja a CPL ignorou complementamente. Na decisão fez parecer que estando a exigência no edital, não importaria se fosse ilegal.

Em nossas razões de recursos demonstramos cabalmente, forte, inclusive, em pacífica doutrina do TCU, órgão fiscal com ascendência sobre esse certame, que a exigência de CAT em nome de pessoa jurídica era ilegal. Portanto, ilegal e arbitrária é a decisão que inabilitou esta e outras licitantes por não apresentar a suposta CAT e seus nomes (pessoa jurídica)

Apontamos que, se é vedado ao CREA emitir CAT em nome de pessoa jurídica, nenhuma empresa poderia cumprir tal exigência.

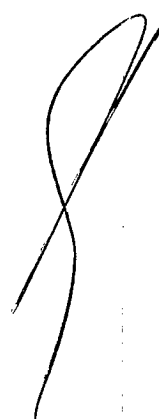
Todavia, a CPL, entendeu que a empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI teria cumprido tal requisito.

A questão soa muito estranho, pois houve insistência das participantes para que essa exigência ilegal e descabida fosse retirada do edital, conforme impugnações constantes dos autos. A CPL manteve tal exigência ilegal.

Agora, na etapa de habilitação, ao examinar os documentos com aparente inocência e descuido, INABILITA todas as outras empresas e HABILITA apenas a empresa acima citada.

Repiso, como já demonstrado nas razões recursais já protocolizadas, que apontamos que o edital não exigia CAT do atestado operacional e que a interpretação dada pela CPL foi equivocada, beneficiando apenas a citada empresa.

Teria sido melhor corrigir o edital quando da impugnação, pois situação agora pode e certamente ensejar a anulação integral do certame, caso a CPL,



Paulo Cezar Rebuli

Advogado OAB/MT 7565

juntamente com a assessoria jurídica do Município, não encontrem uma solução que equacionem adequadamente esta questão.

Mas seguindo, nossas suspeitas estavam certas. Agora, podendo examinar a documentação apresentada pela referida empresa para se habilitar, restou evidente que esta não cumpriu tal requisito do edital, porque de fato e de direito, como já extensivamente demonstrado, não poderia cumprir, posto que impossível.

Vamos às evidências.

À fl. 775 do arquivo em PDF dos autos do certame que nos foi fornecido consta um atestado apresentado pela empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, que teria sido fornecido por uma empresa de nome CONSTIL.

No alto do referido atestado consta, conforme fragmento a seguir colado:



Chamo a atenção dos distintos membros da CPL e da Autoridade Superior para o que está dentro do quadrado em vermelho acima - "Atestado registrado mediante VINCULAÇÃO À RESPECTIVA CAT CREA A009910."

Observe que o atestado não afirma ter uma CAT emitida em nome da empresa, mas apenas que ele (atestado) está vinculado a uma determinada CAT.

Qual CAT? Reposta:

A que está em no nome do Engenheiro Civil - Sr. Mario Barbosa Guanaes Simões, fl. 773 - PDF. Observe nos fragmentos abaixo o que está dentro de quadrado.

Paulo Cezar Rebuli
Advogado OAB/MT 7565

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Crea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso - CREA/MT, o Acervo Técnico do profissional **MARIO BARBOSA GUANAES SIMOES** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profiss **MARIO BARBOSA GUANAES SIMOES**
Registr **MT10353/D** RNP **1203367880**
Título Profissão **ENGENHEIRO CIVIL.**

(...)

Informações Complementares	
O atestado protocolizado no CREA-MT sob número: 2015049065	, está registrado com as CAT's número(s):
149251	

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 009910 a 009912 o atestado contendo 3 (três) folhas, expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela verificação e exatidão das informações nele constantes.

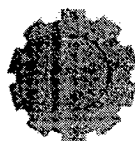
Certidão de Acervo Técnico nº 149251 / 2015

17 de Dezembro de 2015 Hora: 16:31:13

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-MT (www.crea-mt.org.br, em ART OnLine - CAT).

O mesmo ocorre com o outro atestado apresentado à fl. 779 PDF.

Vejamos:



SOTIL LTDA - CONSTRUÇÕES - ESTRADAS - PAVIMENTAÇÕES - FERROVIAS

Rodovia BR 277 - Nº 2497 - Fone/Fax: 3317-5800 - Mossungué - Curitiba - Paraná
CNPJ 76.541.945/0001-82 - CEP 82305-100 - INSC. ESTADUAL 101.13932-80

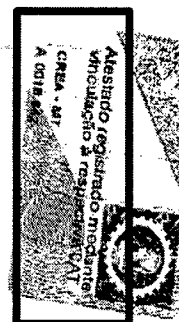


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (PARCIAL)

(....)

Paulo Cezar Rebuli
Advogado OAB/MT 7565

VALOR CONTRATUAL R\$ 1.870.864,40
VALOR FATURADO R\$ 1.524.410,80
PRAZO CONTRATUAL 04/01/2018 A 02/08/2018
PERÍODO DE EXECUÇÃO 05/01/2018 A 31/05/2018
ART DE EXECUÇÃO N.º 2893857
ENG. RESP. TÉCNICO ENG. CIVIL AGNALDO NEVES DA SILVA JÚNIOR
CREA 1216188955
EMPRESA EXECUTORA BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI



E de quem é a CAT desta vez? Vejamos, fl. 778 PDF:

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Mato Grosso - CREA/MT, o Acervo Técnico do profissional **AGNALDO NEVES DA SILVA JÚNIOR** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: AGNALDO NEVES DA SILVA JÚNIOR
Registro: MT038699 RNP: 1216188955
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.

(...)

Observações

"ESTA CERTIDÃO REFERE-SE AOS SERVIÇOS REALIZADOS PARCIALMENTE CONFORME PERÍODO OU QUANTITATIVOS CONSTANTES DO ATESTADO ANEXO."

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-MT sob número: 2018059215, está registrado com as CAT's número(s):

221121

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 018642a 018644a, o atestado contendo folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e validade das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 221121 2018

3 de Agosto de 2018 Hora: 09:03:09

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do
Crea-MT (www.crea-mt.org.br, em ART OnLine - CAT).

Paulo Cezar Rebuli

Advogado OAB/MT 7565

Portanto, conforme já havíamos afirmado, a empresa não cumpriu o edital, pois não apresentou, e não poderia apresentar, CAT em seu nome, já que é vedada a emissão desta em NOME DE PESSOA JURÍDICA.

As CATs a que se referem os selos colados em seus atestados foram emitidas para as pessoas físicas dos seus engenheiros.

Desse modo, duas alternativas resta à CPL e a Autoridade superior:

Primeira - INABILITA a empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, caso mantenha a interpretação do seu edital de que ele exige CAT em nome de pessoa jurídica, dando a licitação por frustrada; ou

Segunda - HABILITA esta Recorrente, tendo em vista que cumpriu todas as exigências legais.

**3. DO NECESSÁRIO RECEBIMENTO DESTE RECURSO COMPLEMENTAR -
INCLUSIVE POR E-MAIL EM FACE DA URGÊNCIA**

Cremos que esta digna CPL prima pela legalidade e moralidade dos procedimentos licitatórios a que preside.

Sabe-se que nenhuma notícia de ilegalidade ou irregularidade deve ser preterida, pois é DEVER e não FACULDADE das autoridades públicas deterem-se diante de notícias de fato que atentem contra a lei ou contra princípios de observância cogente.

Ademais, a complementação está ocorrendo dentro do prazo recursal legal.

Sabe-se que a Prefeitura de Diamantino está relativamente distante da Capital Cuiabá, onde está sediada a Recorrente.

Estamos finalizando esse Recurso Complementar agora, às 15:50 do dia 31/05/2019, o que seria o último dia, segundo entendimento da CPL, para interposição do recurso.

É cediço que dada a URGÊNCIA, protocolos podem ser realizados por advogados via FAX, E-MAIL e outros meios disponíveis, **especialmente para não se perder prazos**.

Desse modo, requeremos o recebimento desse Recurso Complementar via e-mail, comprometendo-nos a postar a via original pelos correios.



4. DOS PEDIDOS

Reiterando tudo quanto já dito no recurso já protocolado, requer-se a Vossa Excelência:

a) o recebimento do presente recurso complementar com os mesmos efeitos já atribuído ao principal;

b) no mérito, por tudo quanto demonstrado e provado, e em consonância com as normas e princípios de regência, o provimento do presente recurso, com a consequente reforma parcial da decisão da Comissão Permanente de Licitação para, assim, primeiramente considerar a Recorrente HABILITADA;

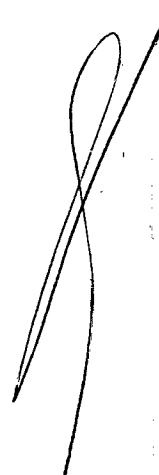
b.1) não sendo esse o entendimento da CPL, que seja a empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI também INABILITADADA, tendo em vista que, conforme demonstrado não apresentou atestado de capacidade operacional com CAT emitida em nome da sua pessoa jurídica. Apresentou apenas atestado vinculado a CAT do seu engenheiro, situação que não valida seus atestados. E não é possível vincular atestado de engenheiro, pois o acervo deste não precisa estar atrelado à a empresa que agora está vinculado.

c) caso seja o entendimento da CPL pela inabilitação de todas as licitantes, o que seria mais um equívoco em nossa opinião, que seja oportunizado a todas as licitantes a possibilidade de se beneficiarem do prazo estampado o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93, se possível, considerada a redação do edital. Talvez, não reste alternativa a não ser ANULAR o certame por ilegalidade insanável.

d) o encaminhamento deste recurso à Autoridade Competente Superior – Prefeito Municipal, no caso de não haver reforma da decisão por parte da CPL, conforme dispõe o § 4º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93;

d) a comunicação da interposição deste recurso ao órgão de Controle Interno do Município.

É prática desta empresa Recorrente levar a competição nas licitações às últimas consequências jurídicas, tudo com muito respeito aos agentes públicos, mas com exigência plena de todos os direitos e vedações previstos em lei. Nesse caminho, não hesitará em buscar apoio em representações ao TCU (com pedido de cautelar) e ao Ministério Público de Diamantino.



Paulo Cezar Rebuli
Advogado OAB/MT 7565

É da sua praxe também, conforme o caso, a impetração de mandado de segurança, se entender, após decisão fundamentada da CPL e demais autoridades, que teve direito líquido e certo preterido.

Estes são termos em que pede deferimento.

Cuiabá - MT., 31 de maio de 2019.

Paulo Cezar Rebuli
Advogado OAB/MT 7565

